

## DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS.

Patricia MANZOLI<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa compreender a transição da Responsabilidade Social do Estado para a disseminação do conceito de Responsabilidade Social das Empresas, pontuando esta transição por meio de fatos e momentos históricos como o período pós Segunda Guerra Mundial e a transição do *welfare-state* para o neoliberalismo econômico. Demonstra a trajetória do conceito de RSE em organizações sociais e corporativas, e a adoção de práticas que corporificam o conceito. A transferência de responsabilidades do Estado para a responsabilidade privada e individual é ressaltada como estratégia de negociações mercadológicas que provocam uma ideologia de “desresponsabilização” do Estado para com a própria nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade social. Organizações sociais.

**ABSTRACT:** *This article aims to understand the transition of social responsibility from the state to spread the concept of Corporate Social Responsibility, punctuating this transition by means of facts and historical moments as the post World War II and the transition from welfare state to economic neoliberalism . Shows the trajectory of the concept of CSR in corporate and social organizations, and practices that embody the concept. The transfer of responsibilities from state to private and individual responsibility is emphasized as a strategy of negotiations that cause marketing an ideology of "irresponsibility" of the State to the nation itself.*

**KEYWORDS:** *Social responsibility. Social organizations.*

O termo responsabilidade social é definido por diversas áreas do conhecimento, como a Administração, Economia, Ciências Sociais São interpretações distintas e independentemente do significado do próprio termo, é fato que a responsabilidade social tornou-se quase um imperativo de gestão para empresas que se pretendem competitivas no

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciência Humanas e Sociais – Departamento de Serviço Social. Franca – SP – Brasil. 14409-160 - patriciamanzoli@gmail.com

mercado em que atuam. Muitas empresas tateiam o terreno sem encontrar um caminho efetivo ou legítimo para assumir com responsabilidade um programa de responsabilidade social.

A noção de responsabilidade social atrelada ao mundo empresarial, como forma de gestão pode ser considerada recente, visto que o que havia antes desta incorporação do conceito ao mundo dos negócios, era a prática da filantropia que se diferencia em vários aspectos das práticas de RSE. Responsabilidade social empresarial é um conceito plural por atingir não apenas os acionistas da empresa, mas por envolver funcionários, mídia, governo, terceiro setor e comunidade. Abrangente por se aplicar a todos os envolvidos, a responsabilidade social das empresas deve propor ações que sejam de interesse comum aos envolvidos. Este conceito ganhou destaque a partir da década de 1970, quando o desemprego foi um dos pontos mais corrosivos para a política dos países industrializados e de desastrosas consequências sociais.

Historicamente, a Grande Depressão Econômica e os efeitos do pós-guerra foram fatos marcantes para o capitalismo, capazes de demonstrar as fragilidades do sistema e de gerar um dos maiores impactos sentidos pelos próprios “donos do capital”. Curiosamente, o senso de catástrofe e desorientação causado pela Grande Depressão foi talvez maior entre os homens de negócios, economistas e políticos do que entre as massas. (HOBSBAWN, 1995, p.98). O cenário internacional e inclusive o brasileiro, até o final da década de 1960 e início dos anos de 1970, demonstrava que ainda não havia condições de consumo no mercado interno que acompanhasse o nível de produção alcançado. Os percentuais de lucro caíram, o modelo fordista/taylorista começava a esgotar-se por não conseguir interromper a retração de consumo que se intensificava permanentemente.

Todas as transformações foram analisadas por estudiosos de diversas nações que anunciavam o início da sociedade pós-industrial ou pós-capitalista, a civilização pós-moderna e o sistema neocapitalista, assim como a preconização do fim da história pelo avanço do livre

mercado, vinculando tais previsões ao êxito relativo do neoliberalismo e às surpresas convulsivas do mundo pós-Guerra Fria (SROUR, 1998).

Diante de tantas transformações no mundo, o sociólogo Robert Srouer realiza uma análise iluminadora sobre os paradigmas do mundo pós-moderno, esclarecendo que a literatura econômica e administrativa, exalta os conhecimentos técnicos e científicos como fontes de valor agregado, relacionam a globalização econômica à supremacia definitiva do mercado, descartando qualquer planejamento econômico. Há uma plêiade de autores que visualiza no liberalismo econômico a superação de todas as formas concorrentes de exercer o poder, predizendo a reinvenção do Estado, entendendo a qualidade total e a gestão participativa como pontos de inflexão nas arquiteturas organizacionais. Portanto, mais do que um turbilhão de constatações, Srouer chama a atenção para a avalanche de transformações que é muito menos enfrentada pelas forças administrativas e econômicas do que pelas forças sociais que recebem essa variedade de processos de maneira impactante.

Através de profundos questionamentos com propósito social, Srouer indaga: Quais os fios que costuram tantas discontinuidades? Haverá algum espaço para os atuais modos de pensar e de fazer, de gerir e de se associar? Em suas palavras:

Ora o que confere sentido a chamada crise da sociedade industrial? Seria o domínio do setor terciário que delineia uma nova sociedade de serviços? Ou ainda: o caráter volátil do capital especulativo, à procura de lucros fáceis em qualquer quadrante do planeta, dada a instantaneidade das comunicações globais? A conversão da produção padronizada, destinada a mercados de massa, em produção flexível, voltada para mercados segmentados? O vertiginoso declínio do operariado na população economicamente ativa, a exemplo do campesinato em vias de extinção? A generalizada perda da importância relativa da força de trabalho física para a força de trabalho mental? A absorção generalizada das mulheres no mercado de trabalho? A passagem da remuneração da mão de obra calculada em horas despendidas para a remuneração variável vinculada aos resultados obtidos? A redução dos postos de trabalho em função da informatização, da automação e da

robotização dos processos produtivos? A globalização do fornecimento de insumos e de componentes, compondo produtos mundiais e transcendendo fronteiras? As tendências à "precarização" do trabalho – explosão do mercado informal, emprego em tempo parcial, trabalho temporário, trabalho autônomo complementar ou eventual – levando à dissociação entre crescimento e emprego? (SROUR, 1998, p.16-17).

Transitando filosoficamente pela história, o sociólogo analisa as mudanças ocorridas nas relações de trabalho demonstrando claramente que os trabalhadores, na economia globalizada, deixaram de ser meras engrenagens na linha de produção pela busca de se tornarem profissionais qualificados e polivalentes, contrapondo-se a utilização da força física como único atributo de destreza para a utilização das faculdades mentais. Altruísmo? Benevolência? Voluntarismo? Não. Na verdade, as transformações ao longo da história decorreram de inúmeras pressões que a cidadania organizada exerceu no cotidiano das empresas e das ruas. O processo de intervenção política da sociedade civil veio testando e redefinindo as relações capitalistas desde o período entre as duas guerras mundiais. E, após todas as inferências norteadoras do processo histórico das relações de trabalho, ele conclui indagando novamente:

Todos estes vetores estão presentes na situação contemporânea e não exaurem a sua complexidade. Fazem com que inúmeras evidências explicativas, que serviam de chaves para decifrar a realidade social – confortáveis como velhas pantufas –, rebentem em pedaços. De maneira que vêm à tona mais algumas dúvidas. Estaria ainda ativa a lógica de um sistema capitalista de natureza excludente? Já não se esboçou a superação dos Estados nacionais pela existência de empresas transnacionais "deslocalizadas" e pela aplicação de suas estratégias globais? Como entender o desmoronamento interno do totalitarismo soviético sem que fosse preciso a hecatombe de uma nova guerra mundial? Quais os caracteres distintivos do novo Sistema Mundial? A liberalização negociada do comércio internacional e a globalização dos processos produtivo, comercial e financeiro não estariam redesenhando o mapa do planeta? (SROUR, 1998, p.17).

Após a Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, deu o tom a um Novo Sistema Mundial que dividiu o mundo em capitalismo versus socialismo; portanto, um sistema neo-imperialista. Com o fim desse período denominado Guerra Fria, a multipolaridade das potências econômicas sobrepôs-se às potências militares dando enfoque à força dos blocos econômicos que se sistematizaram, cada vez mais, promovendo a internacionalização do processo produtivo, aumentando em escala global o mercado de trocas e circuitos financeiros. Formou-se então um sistema econômico globalizado e altamente competitivo cuja essência que o fundava gerou um processo dialético: ao mesmo tempo em que a globalização parece levar a uma homogeneização universal, sua natureza política e cultural também é capaz de colocar frente a frente civilizações de hábitos culturais e sociais díspares e, dessa forma, provocar uma aproximação ou até mesmo fusões e uniões alicerçadas em interesses econômicos comuns a esses grupos distintos.

Está colocada, a partir desse novo cenário mundial, a nova divisão internacional do trabalho. A intensificação dos fluxos mundiais do comércio e de ativos monetários ultrapassa fronteiras, sendo uma economia universal que se diferencia claramente de uma simples internacionalização, pois ganha importância neste processo o fornecimento global de produtos mundiais (SROUR, 1998).

Para compreender a transição da responsabilidade social do Estado para a disseminação do conceito de Responsabilidade Social das Empresas, é necessário pontuar alguns fatos históricos. A disseminação do conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no mundo está relacionada ao período pós Segunda Guerra Mundial. A história do capitalismo avançado no século XX é percebida por muitos autores como uma ruptura plena de uma forma de dominação para a outra: do *welfare-state* para o neoliberalismo econômico (DIAS, 2008). Mas é possível identificar através de análises bibliográficas que além de rupturas, verificam-se continuidades. Estas continuidades estariam representadas

na clara intenção de perpetuar e aprofundar o legado político de projetar na consciência dos indivíduos a sociedade capitalista como única e melhor modelo de sociedade possível, mesmo estando claro que o neoliberalismo rompe com o *welfare-state* no plano econômico.

Europa e Estados Unidos da América (EUA), não conseguindo a expansão de seus mercados consumidores, vêm entrando em crise econômica, revelando o desgaste do modelo, e desencadeando, portanto, problemas sociais como desemprego em massa, fome, problemas políticos e a ameaça representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao capitalismo além da ascensão de regimes nazi-fascistas dentro da Europa. A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. (HOBSBAWN, 1995, p.106). A Grande Depressão de 1930, ocasionada no período entre guerras mundiais, deixou marcas profundas ao capitalismo. Este fato histórico colocou em evidência falhas e fraquezas do modelo econômico capitalista apoiado na não intervenção do Estado sobre a economia (Liberalismo Econômico).

De qualquer modo, o que era uma economia de “livre mercado” em uma época em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo “perfeita competição”, e economistas críticos de Karl Marx podiam observar como ele se mostrava correto, especialmente em sua previsão de crescente concentração de capital (LEONTIEV apud HOBSBAWM, 1995, p.107).

Devido à crise econômica, os republicanos foram vencidos nas eleições nacionais pelo partido Democrata em 1932. Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos e uma de suas primeiras providências foi intervir na economia para limitar o liberalismo econômico, por meio de um plano econômico: o New Deal. Baseado nas teorias do economista John Maynard Keynes (1884-1946), com o New Deal, o liberalismo econômico de Adam Smith cedeu lugar ao neocapitalismo, que buscava um planejamento econômico baseado na intervenção do Estado. O presidente Roosevelt determinou grandes

emissões monetárias, inflacionando, deliberadamente, o sistema financeiro; fez investimentos estatais e estimulou uma política de empregos, entre outras medidas.

O crescimento contínuo da economia, seguindo o modelo keynesiano que propunha a intervenção estatal na vida econômica, o aumento da produtividade, o pleno emprego e o crescimento da renda per capita, constituía um sistema de proteção social sofisticado. A época era considerada antiliberal, assentada no pacto entre o capital e o Estado. O trabalho era a base do acordo e o Estado exercia o papel de controle das crises econômicas assegurando o chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), termo que entrou em uso à partir de 1940. Dessa forma, a responsabilidade social era assumida pelo Estado:

[...] a pesquisa comparada sobre as políticas sociais soube identificar claramente a enorme diferença que separava o assistencialismo e as várias formas prévias de ajuda mútua do novo sistema securitário e compulsório que nasce nos anos 80 do século passado. O que o distinguia foi o fato de propor medidas e práticas permanentes; assentar-se sobre um núcleo institucional diferenciado; concentrava-se sobre trabalhadores masculinos e os obrigava à contribuição financeira compulsória e, finalmente, institucionalizava procedimentos completamente diferentes dos que foram utilizados pelo assistencialismo prévio. Nascia ali um novo paradigma, conservador e corporativo, onde os direitos sociais, definidos de forma contratual, eram outorgados "desde cima" por um governo autoritário que ainda não reconhecera os direitos elementares da cidadania política. Modelo que generalizou-se pela Europa, como no caso do assistencialismo inglês, mas que acabou tendo, também, enorme influência na construção conservadora dos sistemas de assistência e proteção social que se multiplicaram na periferia latino-americana durante o século 20, mas sobretudo depois de 1930 (FIORI, 2009, p.3).

O estudo bibliográfico de Fiori aponta diversos estudiosos sobre o *welfare-state* que afirmam que esta política não pode ser compreendida apenas em termos de direitos e garantias. Ao citar Anderson (1991), Fiori destaca a necessidade de considerar que as atividades estatais desenvolvidas na política do *welfare-state* se entrelaçaram com o papel do

mercado e família em termos de provisão social. Fiori também aponta Mishra (1991) que chega a anunciar que não era possível falar em Estado de Bem Estar Social antes de 1950. O autor associa o novo padrão de intervenção social não apenas como base para condição do trabalhador e de seus beneficiários, mas a uma mudança de paradigma que ocorre na evolução da política social que, além de apresentar a base para o reconhecimento de direitos dos cidadãos, demonstra estar, simultaneamente, atrelada ao plano da regulamentação da economia de mercado e à afirmação hegemônica das políticas econômicas ativas de inspiração keynesiana. Para ele, afirma Fiori, não há como dissociar os serviços sociais universais, a redistribuição e a interação das rendas do objetivo maior do pleno emprego que norteou as políticas econômicas nacionais até os anos de 1980.

A implementação do Welfare State significou o início de uma nova fase dentro do sistema capitalista que procurou silenciar os ideais do liberalismo econômico. Harvey (1993) afirma que sob o intermédio do Welfare State assiste-se o advento de um novo modo de acumulação que procurou aliar o keynesianismo ao fordismo, a fim de reaquecer a economia por meio do controle de ciclos econômicos, cuja finalidade seria a combinação de políticas fiscais e monetárias dirigida para áreas de investimento público, de crescimento da produção e do consumo em massa e de garantias sociais como a política de pleno emprego e de complemento social. Harvey (1993) estabelece relação entre a transição do período fordista como sendo reflexo de um padrão rígido de acumulação de capital para a transição ao mundo pós-moderno, tempo e espaço em que os modos de acumulação tendem a adquirir flexibilidade devido a novas práticas e formas culturais, como a inserção de novas tecnologias, a “descartabilidade” das coisas que segundo Harvey se manifesta na moda, na manipulação da opinião e gosto, a partir da construção de novos sistemas de signos e imagens.

Estas são mudanças significativas que levam à necessidade da reconstrução do capitalismo pelas classes dominantes a fim de manterem



a sua própria condição de dominação, o que acabou por intermediar os interesses imediatos dos trabalhadores de superar a condição de miséria. Era uma nova conjuntura política que a própria crise de 1929 impôs sobre o capitalismo, a necessidade de estabelecer um compromisso que atendesse ao mesmo tempo ao objetivo central e vital do capitalismo, o lucro, e colocasse em negociação a classe dominante com a classe dos trabalhadores. Obviamente, a classe dos trabalhadores relegou a um futuro distante, com a negociação, o seu projeto revolucionário em busca de direitos de segurança e estabilidade econômica.

A relação entre a classe trabalhadora e as classes dominantes passou a ser intermediada pelo Estado, garantindo que os interesses, mesmo sendo divergentes, vigorassem. Contudo, a classe dos trabalhadores não deixou de ser a classe dominada. A diferença é que a classe dominante passou a reconhecer o direito de negociação dos trabalhadores, mesmo que dentro dos limites concernentes aos objetivos do capitalismo. O Estado colocou-se então como estrutura que garantia e sustentava o compromisso entre empresários e trabalhadores. Nesse momento, foi possível identificar que os partidos e sindicatos hegemônicos passaram a assumir um modelo inspirado em parâmetros reformistas da social-democracia, ingressando nas estruturas da legalidade das negociações intermediadas pelo Estado.

Com a queda dos regimes socialistas do leste europeu e o fim da Guerra Fria houve a necessidade de as empresas buscarem novos mercados o que originou o avanço do neoliberalismo e a onda de privatizações. O surgimento de novos setores de produção, mudanças estratégicas de fornecimento de serviços financeiros, mercados emergentes e a inovação comercial, tecnológica e organizacional geraram consequências sociais, econômicas e até mesmo psicológicas na divisão internacional do trabalho. Do ponto de vista social, o impacto mais marcante é o desemprego justificado pelo empresariado na desqualificação e despreparo da mão de obra para as funções atuais. O Estado vai gradativamente se isentando da responsabilidade de

proporcionar educação e qualificação aos indivíduos. A nova ordem mundial denominada globalização realoca as atividades produtivas fazendo prevalecer a racionalidade econômica, visto que, segundo Furtado (2007), esta racionalidade econômica planeja a alocação de recursos, direcionando para unidades produtivas estrategicamente localizadas em função dos insumos e de alterações nas taxas de câmbio e juros.

Entre os objetivos e as estratégias traçados pela racionalidade econômica da globalização, o congloramento das empresas transnacionais busca enfatizar a aplicação da tecnologia intensiva como sinônimo de eficiência, assim como prevalece a busca de matérias-primas abundantes e a baixo custos, e a abertura dos mercados financeiros de telecomunicações, eletricidades etc. Essa é uma nova distribuição espacial das atividades econômicas que faz com que as atividades produtivas de alcance estratégico tendam a ser controladas por grupos privados transnacionais. Estes grupos assumem o controle do capital fixo reprodutivo do país.

Com o advento da globalização, as relações comerciais e financeiras são impulsionadas pelo setor de telecomunicações. Os processos produtivos se internacionalizam reduzindo custos de mobilidade e promovendo um crescimento exponencial das empresas.

As empresas, na necessidade de obter ganhos em escala para alcançar preços competitivos, buscam implementar condições específicas do mercado globalizado para atingir os novos padrões de qualidade que estão necessariamente atrelados à qualidade da força de trabalho, ciência e tecnologia, aplicados à produção. As características específicas do processo de globalização são capazes de gerar altos impactos econômicos principalmente pelo fato de o sistema de telecomunicações funcionar em tempo real, o que expõe o conjunto das economias nacionais às condições vulneráveis.

A exposição da política nacional e as medidas como elevação da taxa de juros, controle de déficits públicos e demais informações repercutem de forma imediata junto aos agentes financeiros

internacionais, podendo causar grandes prejuízos aos países envolvidos. Nesse âmbito financeiro, Srour (1998) cita o exemplo de governos nacionais que não conseguem controlar taxas de câmbio ou proteger suas moedas, pois especuladores podem produzir oscilações capazes de fazer esses governos desembolsarem bilhões na tentativa de segurar a taxa de câmbio, como foi o caso, em 1990, da libra inglesa, do franco francês e da coroa sueca, além do “efeito dominó” que abalou as moedas asiáticas em 1997. Esta seria a “mão invisível” do mercado, capaz de gerar uma competição muito mais acirrada por estar em escala global e, portanto, essa dinâmica acelerada da economia e da busca por inovações tecnológicas também torna menor o ciclo de vida dos produtos, fazendo com que o novo torne-se velho com imensa rapidez; além de fazer crescer a oferta de bens e serviços, o comportamento do cliente torna-se cada vez mais exigente devido a variedade de produtos e serviço em evidência para o consumidor.

Está apresentado, dessa forma, um patamar elevado da competitividade internacional evidenciando ainda mais o paradoxo da economia globalizada que requer também estratégias de relacionamento ou estratégias associativas entre empresas e clientes, fornecedores concorrentes e possíveis competidores. As palavras de ordem são: negociação, acordo ou parcerias. Estas palavras denotam uma transformação do sistema capitalista, muito mais evidente em países desenvolvidos que estabelecem uma conexão mundial de capital com o mercado através de grandes financiamentos internacionais e atualização tecnológica intensa.

O quadro pós-Guerra Fria que estava delimitado por um cenário de segurança militar, expresso por meio dos blocos militares dos EUA e URSS, é substituído pela competição econômica em escala mundial. Um processo aparentemente contraditório se instaura, pois ao mesmo tempo em que a globalização parece pasteurizar ou homogeneizar o mercado, ela reforça o processo de regionalização institucionalizado nos blocos

econômicos e agem diversificando e segmentando o mercado em acordos protecionistas estrategicamente negociados.

Guerras nacionais e confrontos locais afloram ao mesmo tempo em que acordos e alianças são conquistados e reconhecidos. Alto crescimento populacional em países de baixo desenvolvimento social e econômico faz parte de um dos fatores que anuncia falha e rachadura de um sistema mundial competitivo que começa a considerar a possibilidade de intervenção cooperativa internacional para enfrentar questões como a miséria, a fome, o analfabetismo e o combate às endemias. É o princípio da disseminação do conceito de solidariedade social em paralelo com a expansão do capital e a crescente interdependência dos negócios, que vai gradativamente desafiando o papel do Estado-nação colocando em risco a sua autoridade e capacidade de controle social. É neste ponto que se inicia uma ruptura com a lógica do capitalismo excludente instalado.

O simples fato de uma empresa existir pressupõe que ela tenha um mercado com um produto ou serviço a oferecer e assim através de sua produção obtenha lucro e realize novos investimentos. Qual o seu mercado, o seu produto ou serviço são as características que definem o que a empresa faz, para quem e o quanto faz. Se no passado uma empresa para alcançar sucesso bastava ser grande, produzir muito e lucrar muito, atualmente as qualidades que determinam o sucesso ou o fracasso estão também relacionadas à maneira como essas empresas fazem o que fazem; e porque fazem. Outros tipos de características ganham importância diante dessa nova visão mundial, são qualidades intangíveis. Como uma onda politicamente correta, o conceito de responsabilidade social começou a estabelecer suas bases em razões estratégicas de negócios em uma sociedade globalizada, extremamente competitiva, com consumidores mais bem informados e que possuem amplo poder de escolha.

Exatamente por isso, não basta apenas oferecer um bom produto, é preciso cuidar da imagem da empresa. Diante do exposto, é necessário compreender como o conceito de RSE se propagou e ainda se propaga

pelo mundo e especificamente no Brasil, país em que as demandas sociais são evidentes e emergenciais.

A trajetória do conceito de RSE em organizações sociais e corporativas, e a adoção de práticas que corporificam o conceito ganham força e total apoio do próprio Estado. A escolha estratégica de algumas expressões de efeito como “desinchaço da máquina Estatal” apenas esconde a verdadeira face de um Estado que apóia veementemente o discurso da responsabilidade social não como base real e efetiva de uma ética empresarial, ou práticas de cidadania, mas sim como um processo de “desresponsabilização” do Estado para com a própria nação. Este processo é apresentado estrategicamente como um convite às instituições a incorporarem em suas práticas institucionais uma ideologia que transfere a responsabilidade governamental para a responsabilidade privada e individual.

O trabalhador passa a ser considerado desqualificado; falta de emprego e qualificação são questões tratadas como insucessos pessoais muito mais do que como ausência de políticas públicas capazes de atender a nova ordem mundial. A conclusão a que se pode chegar é que a verdadeira responsabilidade social empresarial praticada no Brasil não ultrapassa o âmbito das estratégias de negócios focadas para esta realidade social e econômica.

## REFERÊNCIAS

DIAS, F. A. dos S. Do welfare-state ao neoliberalismo: rupturas e continuidades. In: SIMPÓSIO DOS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 5., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/politicausp/teoriapol/Pensando/Dias.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

FIORI, J. L. **Estado do bem-estar social: padrões e crises**. Instituto de Estudos Avançados Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.iea.usp.br/artigos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

CEATS. Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor. Disponível em: <<http://www.ceats.org.br>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

COHEN, D. O mundo instável: como isso afeta a vida das corporações. **Exame**. A Empresa do Novo Milênio, São Paulo, ed. 701, abr. 1999.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Crescimento econômico: como superar limitações e atingir o desenvolvimento social**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

IPEA. A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. Brasília. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-28.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2007.

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade Social Empresarial**. Curitiba: Juruá, 2007.

TEIXEIRA, F. M. P. **Brasil: história e sociedade**. São Paulo: Ática. 2001.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.